



ECOFEMINISMO E MÍSTICA RELIGIOSA APORTES PARA A LUTA EMANCIPATÓRIA NO MMC¹

Neusa Schnorrenberger²

Resumo: A mística está presente nos movimentos das mulheres e tem sido um elemento central com o uso de suas simbologias. A mística religiosa no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Litoral Norte gaúcho advém da difusão da teologia da libertação na América Latina e assume características do ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo. Assim o presente estudo questiona quais são os elementos da mística religiosa presentes nos grupos de mulheres do MMC e, como influenciam na luta por direitos humanos das mulheres e proteção ao meio ambiente natural. Para o alcance de uma resposta a problemática suscitada adota-se a técnica qualitativa por meio de uma pesquisa de campo e os resultados confirmam que textos bíblicos e os elementos da natureza, como as ervas medicinais, alimentos e instrumentos de trabalho têm influenciado positivamente para a luta por direitos e também a emancipação dessas mulheres.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Mística Religiosa. Emancipação. MMC.

Abstract: Mystique is present in women's movements and has been a central element with the use of their symbologies. The religious mystique in the Peasant Women Movement (MMC) of the North Coast of Rio Grande do Sul comes from the diffusion of liberation theology in Latin America and takes on

¹ O texto advém das pesquisas da autora em preparação da escrita à construção da Dissertação intitulada Ecofeminismo, emancipação e políticas de cidadania no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) Do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, defendida em 06 de janeiro de 2019, sob a orientação da Dra. Professora Rosângela Angelin.

² Doutoranda e Mestra em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Bacharel em Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Bolsista CAPES. Advogada OAB/RS 115.960. E-mail: asuensch@hotmail.com

characteristics of third world spiritualist ecofeminism. Thus the present study questions what are the elements of religious mystique present in MMC women's groups and how they influence women's struggle for human rights and protection of the natural environment. In order to reach an answer to the problem raised, the qualitative and quantitative technique is adopted through field research and the results confirm that biblical texts and the elements of nature, such as medicinal herbs, food and work tools have positively influenced for the struggle for rights and also the emancipation of these women. Type here the abstract. Please do not use google translator. We highly recommend using a professional translator.

Keywords: Ecofeminism. Religious Mystique. Emancipation. MMC.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As religiões podem contribuir para um aprofundamento das desigualdades de gênero, a partir de seus dogmas e da hermenêutica que utilizam, ou, então, podem servir como aportes emancipatórios. Assim, a partir da complexidade envolta neste tema, o texto busca analisar a mística utilizada pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e suas implicações na constituição das identidades das mulheres, bem como em aspectos jurídicos.

Desta forma, para construção da reflexão aqui proposta, a pesquisa é subdividida em três tópicos. O primeiro referente à um resgate histórico de alguns Movimentos Sociais, em especial os que confluem com os movimentos do campo. O segundo, uma reflexão acerca do Movimento Social das Mulheres Camponesas e a influência da prática Ecofeminista da Mística Religiosa. E, por fim, o terceiro subitem da pesquisa aborda a aplicabilidade da Teoria do reconhecimento identitário de Axel Honneth e da Teoria da Redistribuição de renda de Nancy Fraser ao Movimento das Mulheres Camponesas, em uma tentativa de demonstrar a possibilidade de utilização das duas teorias como formas complementares para a superação dos diversos paradigmas que as mulheres camponesas enfrentam no seu dia-a-dia.

Assim, este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa que investiga a complexidade em torno da mística religiosa no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e suas implicações na constituição das identidades das mulheres e aos aspectos jurídicos. Para tanto, ressalta-se que a pesquisa é predominantemente bibliográfica, assentada em escritores como: Ilse Scherrer-Warren, Alicia Puleo, Marie Mies e Vandana Shiva, Maria da

Glória Gohn, Axel Honneth, Nancy Fraser, Isaura Isabel Conte, Rosângela Angelin e outros.

A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na década de 60, começaram a surgir os denominados movimentos sociais, como uma forma de resposta a tanta desigualdade e opressão. Muitas pessoas se organizaram e em movimentos sociais se uniram para buscar e reivindicar direitos e também o “Utopianismo³ tem sido, portanto, o ingrediente necessário que possibilita a indivíduos e movimentos sociais transcender as limitações da realidade presente, procurando e lutando por uma nova e melhor vida social”.⁴ E conforme a mesma autora, a decorrência do repensar político a partir da década de 60, “[...] foi a criação do que eu considero como alguns dos mais importantes movimentos culturais das últimas décadas: O Movimento Feminista, o Movimento Ecopacífista⁵ e a Teologia da Libertação⁶”.⁷

O Movimento Feminista visa “[...] repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade”.⁸ Para Ilse Scherer-Warren,

[...] o pensamento feminista faz uso de conceitos de utopias libertárias tradicionais, tais como: opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação. Mas as feministas inovaram através de uma visão mais radical, ao considerar

³ “O termo Utopia tem sido usado com pluralidade de sentidos nem sempre livres de ambiguidades. Contudo, por um de seus significados, podemos tornar o conceito de um projeto (para mudanças) mais preciso, considerando simultaneamente seus componentes ideológicos. Nesse sentido, utopianismo implica: a) Uma crítica profunda das atuais condições sociais de vida; b) Um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação presente” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 27).

⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6 ed. São Paulo: edições Loyola, 2014, p. 28.

⁵ “Estes dois movimentos originaram-se nos países ocidentais desenvolvidos e disseminaram-se por outras regiões do mundo, inclusive na América Latina” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 29).

⁶ “A Teologia da Libertação desenvolveu-se primeiramente na América Latina e, mais tarde, sua rede de comunidades – as Comunidades Eclesiais de Base – difundiu-se em outras partes do mundo, principalmente nos países africanos, asiáticos e entre as comunidades de língua espanhola nos Estados Unidos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 29).

⁷ SCHERER-WARREN, 2014, p. 29.

⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 09-10.

que a transformação social, (a qual) como parte da libertação final da mulher, mudará todas as relações humanas para melhor.⁹

Embora a história do feminismo é muito mais remota, é muito importante a sua proximidade com a ecologia, na qual adentra-se o Movimento Ecopacifista “[...] entendendo por tales los que no sólo demandan un reparo de recursos justo, sino plantean, además, otra forma de medir la calidad de vida¹⁰”.¹¹ É uma nova compreensão de qualidade de vida pressupondo modelos de desenvolvimento calçados em padrões polêmicos de condução social, em Estados com uma modelagem do capital patriarcal. Alcía Puleo, analisando os estudos de Andrew Dobson, mostra a necessidade de se remodelar uma concepção de cidadania, a partir da cidadania ambiental, que está voltada somente para o âmbito público e correspondendo a perspectivas liberais, para uma cidadania ecológica que se desenvolve tanto no mundo público quanto no privado, visando a ideia da não territorialidade ecológica, bem como um comprometimento coletivo.¹²

Na seara do Movimento Ecopacifista, também está o Movimento Ecofeminista, pois conforme Angelin é imprescindível por um olhar na história da mulher para a compreensão de “[...] sua relação com a natureza nas mais diversas perspectivas: seja a natureza vista como um ambiente de espaço de vivências e manutenção da vida, ou a relação natureza/mulheres utilizada como uma justificativa biológica para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres.¹³

O termo ecofeminismo aparece pela primeira vez nos discursos de Françoise D’Eaubonne, em 1974 e segundo Sandra Duarte de Souza, ele “[...] sintetiza duas preocupações: a ecológica e a feminista. Ele pressupõe que

⁹ SCHERER-WARREN, 2014, p. 29.

¹⁰ Tradução nossa: “[...] entendido por aqueles que não só exigem uma justa reparação de recursos, mas também propõem outra maneira de medir a qualidade de vida”.

¹¹ PULEO, Alcía H. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013, p. 08.

¹² PULEO, 2013, p. 270-271.

¹³ ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/6751/3848 >. Acesso em: 17 Jul. de 2017. p. 1572.

existe uma conexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher”.¹⁴ Conforme Maria Mies e Vandana Shiva,

O ecofeminismo originou-se de diversos movimentos sociais – de mulheres, pacifistas e ambientais – no final da década de 1970, os quais, em princípio, atuaram unidos contra a construção de usinas nucleares. O movimento ecofeminista traz à tona a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros, pelo poder patriarcal.¹⁵

O Movimento da Teologia da Libertação, promovido pela Igreja como uma nova plataforma de religiosidade, também é muito relevante neste aspecto “[...] ou seja, a utopia da teologia da libertação, é de, através de sua opção preferencial pelos pobres e engajamentos nas lutas contra as variadas formas de opressão, desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos”.¹⁶ E também,

[...] com a Teologia da Libertação, a velha aliança entre a Igreja Católica, o Estado e as classes dominantes da América Latina foi desafiada, se não pela Igreja enquanto instituição, por um número crescente de padres, freiras e leigos, através de suas práticas pastorais. Isso ocorreu porque a Teologia da Libertação recomendou que o trabalho pastoral deveria ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, as mulheres, as crianças e jovens, os negros e os índios) e, organizado como meio de conscientização e luta [...].¹⁷

A Teologia da Libertação assim optou pelas minorias excluídas do povo da América Latina, em sua escolha do trabalho pastoral. Ilse Scherer-Warren traz ainda em sua esteira o sentido material e espiritual da Igreja ao que condiz a construção do Movimento da Teologia da Libertação¹⁸:

¹⁴ SOUZA, Sandra Duarte. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. **Revista Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião**. Núcleo de estudos teológicos da mulher na América Latina/ do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e do Instituto Ecumênico de Pós- Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, SP: UMESSP, Ano VI. n.6, p. 57-64, dez. 2000, p. 57.

¹⁵ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Título original: Ecofeminism Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 23.

¹⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6 ed. São Paulo: edições Loyola, 2014, p. 35.

¹⁷ SCHERER-WARREN, 2014, p. 38.

¹⁸ “Os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado **empowerment** de atores da sociedade civil

[...] a Igreja deve trabalhar pela libertação das várias formas de opressão: econômica (classes e exploração estrangeira), política (interna e externa), racial, étnica, sexual, etária etc. No sentido espiritual, objetiva libertar as pessoas da alienação, falsa consciência, falta de coragem e autodeterminação. Objetiva recuperar a perda da dignidade da pessoa humana e transformar os oprimidos em agentes de sua própria história, apoiados por sua fé em Deus^{19,20}

Define-se, portanto o que são movimentos sociais e “[...] sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.²¹ E na ação concreta, [...] essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc), até as pressões indiretas.²²

O MOVIMENTO SOCIAL DAS MULHERES CAMPONESAS E A INFLUÊNCIA DA MÍSTICA RELIGIOSA

Em desfavor a tanta opressão no campo sentido pelas mulheres estas passaram a se reunir e organizar em Movimento. A resistência das mulheres camponesas e a busca de direitos humanos ocorreu mais pontualmente, através de um movimento para influenciar na elaboração da Constituição de 1988, teve seu embrião, quando

As mulheres da roça descobriram e abriram caminhos de organização em 1983, no norte do estado do RS e na região Oeste de Santa Catarina, durante o processo de reabertura política no Brasil e das reivindicações por direitos que demarcaram as lutas populares no processo Constituinte. Com as discussões da Constituinte²³ da Roça,

organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede” (GOHN, 2010a, p. 14-15).

¹⁹ “Diferente aqui é o valor dado à luta humana através de movimentos sociais para a realização desta utopia de libertação e não através da dependência da chegada de um Messias. Adicionalmente, libertação não significa apenas a chegada a uma ‘terra prometida’, como acontece nos movimentos messiânicos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 39).

²⁰ SCHERER-WARREN, 2014, p. 39.

²¹ GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas”. In: GOHN, Maria da Glória [Org.]. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010^a, p. 13.

²² GOHN, 2010a, p. 13.

²³ “O processo da constituinte caracterizou-se por uma grande mobilização social de debate com a população do campo e da cidade sobre os direitos sociais e políticos do Brasil, que

especialmente, foram fomentados encontros de mulheres em muitas regiões de ambos os Estados, pois elas aportavam muitos questionamentos a sociedade: ‘por que eu não tenho direito? Por que só posso me aposentar quando meu marido vier a falecer? Por que eu valho menos? Por que o que eu produzo vale quase nada? Será que é possível mudar essa situação?’ Assim deu-se início da Organização das Mulheres da Roça – OMR-RS.²⁴

A organização das mulheres como Movimento de Mulheres Camponesa (MMC)²⁵ no Estado do Rio Grande do Sul, surgiu primeiramente à partir da Organização das Mulheres da Roça (OMR), no final da década de 1970, e do Movimento de Trabalhadoras Rurais, que inclusive surge à partir da OMR, se constituindo e definindo-se também como Movimento Social Popular no ano de 1989, com a concretização da primeira reunião ocorrida na cidade gaúcha de Passo Fundo.²⁶

A participação das mulheres camponesas em Movimentos por reivindicações de direitos denota uma mudança identitária e uma reconfiguração do seu papel bastante significativo. A partir dos movimentos das mulheres do campo, muitos dos direitos e garantias foram positivados, em especial na Constituição Federal de 1988.

Reconhecer alguém ou um grupo social depende de como estes são vistos, aceitos e do lugar que tem na sociedade. Não se pode negar que os movimentos de mulheres do campo foram o grande impulso de mudanças na estrutura do trabalho feminino na agricultura. Merecido é o destaque da figura das mulheres camponesas, que passaram a articular-se e, assim conseguiram manterem-se fortes e unidas em prol de suas reivindicações, representando um movimento muito importante dentro da sociedade brasileira. Deste modo, dentro do movimento feminista e somado ao movimento ecofeminista e com o

culminou na eleição dos Deputados Constituintes e na promulgação da Constituição Federal de 1988” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 95).

²⁴ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. “Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa”. In: PALUDO, Conceição [Org.]. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 95-96.

²⁵ “[...] após muitos debates e reflexões internas, nas organizações autônomas, nos estados, optou-se pela designação de Camponesa para denominar a articulação das diversas organizações num único movimento nacional: Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil, afirmando sua identidade como movimento popular, camponês e feminista” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 94).

²⁶ CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 88

apoio da Teologia da Libertação na América Latina é criado o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

O movimento das mulheres rurais surge nos anos de 1980 através de diferentes movimentos no campo nos Estados brasileiros, construindo sua própria organização. Sua motivação fora erguida pelo reconhecimento tanto econômico como identitário, ou seja, pela valorização como trabalhadoras rurais, lutando por uma libertação, por sindicatos, acesso a documentos pessoais de identificação, direitos da previdência e uma maior participação política.²⁷ A organização dessas mulheres é dividida em grupos como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que, ligados á várias vertentes, construíram – e ainda constroem- a identidade política e o reconhecimento público das camponesas. Por meio dessas conquistas e acessos, elas sentem-se reconhecidas e valorizadas como sujeitas de direitos, fazendo com que sigam trabalhando em forma de organizações coletivas.

Todos esses movimentos articulados de mulheres do campo foram muito bem desenvolvidos, através de mobilizações, lutas pontuais, processos de formação e divulgação através da produção de materiais formativos e informativos.

Um dos movimentos mais destacados no cenário brasileiro é o “Movimento de Mulheres Camponesas”, destacando-se alguns valores que as mulheres campesinas mantêm enquanto organização, como a “[...] Respeitar as diferenças; Ética; Disciplina; Construir novas relações; [...] solidariedade; Amor à luta; Companheirismo; Valorização da mulher e de todos os seres humanos [...]” (MMC). Assim as mulheres,

[...] do Movimento de Mulheres Camponesas, ao longo da história, reafirmamos a importância da organização autônoma, que se faz necessária para construir a libertação, entendendo que as mulheres precisam se sentir sujeito da própria história, se valorizando enquanto mulher, enquanto ser pensante, capaz de trilhar coletivamente os caminhos da transformação. A mesma se faz necessária porque vivemos numa sociedade capitalista e patriarcal, que subjuga o

²⁷ LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL. **Jornada da via campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

potencial e a capacidade das mulheres. Diariamente, a exploração e a opressão da mulher continuam se fazendo presente através do modelo de agricultura baseado no agronegócio para produzir lucro no campo.²⁸

A reflexão acima compreende o pensamento do Movimento das Mulheres Camponesas do litoral Norte do Rio Grande do Sul. Esse Movimento específico do litoral norte (Osório, Maquiné, Arroio do Sal, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Mampituba e Torres) é formado por mulheres agricultoras, que produzem alimentos para consumo próprio (propriedades autossustentáveis), outras para a comercialização, também alimentos voltados para as agroindústrias familiares que algumas mulheres dirigem e ainda voltado ao turismo rural, bem como

Por entender que esse modelo de agricultura convencional não se sustenta, o Movimento de Mulheres Camponesas vem lutando e construindo o projeto de Agricultura Camponesa Agroecológico Feminista e Socialista, com ações voltadas para a produção de alimentos saudáveis, sementes crioulas, plantas medicinais, frutíferas e nativas, cuidado com pequenos animais, recuperação e proteção de fontes e mananciais de água, cuidando da vida do planeta, valorização e a valorização do trabalho das mulheres, construindo a autonomia e emancipação.²⁹

Uma importante incorporação ao Movimento das Mulheres Camponesas, é a prática da mística religiosa, influenciada pela Teologia da Libertação e os saberes ancestrais concernentes a natureza e ao cuidado, pois

No nosso dia-a-dia, em meio a tantas dificuldades, o fazer e o sentir é que nos dão energia para superar barreiras. É nos ritos, celebrações e momentos de contemplação individuais e coletivos, que alimentamos nossa mística e despertamos a força vital capaz de humanizar e tornar as pessoas mais ternas, amorosas, seguras de suas convicções. **A mística** resgata em cada uma de nós a capacidade de questionar a realidade, abrindo caminhos para a busca da igualdade e da justiça.³⁰

Assim, as mulheres que compõem o Movimento fazem a sua reflexão a partir da mística religiosa acerca do meio em que se encontram inseridas e passam a questionar a validade das antigas incorporações patriarcais.

²⁸ TABORADA, Noeli Welter; CINELLI, Catiane. "Mulheres construindo autonomia". In: **8 de março dia de luta e resistência das mulheres trabalhadoras**. Movimento de Mulheres Camponesas MMC Brasil – Ano 2014, p. 01.

²⁹ TABORADA; CINELLI, 2014, p. 01.

³⁰ SCHEFFER; BITTENCOURT; DA ROSA 2008, grifo original.

É possível denotar no decorrer do estudo uma forte dualidade religiosa, pois houve períodos da história que a Igreja, ou seja, a religiosidade também perseguiu e torturou mulheres e as estereotipou de bruxas com pactos demoníacos em prol de uma hierarquia sexual, política e religiosa, como já visto no texto acima, e por séculos incutiu a inferioridade feminina e recentemente ocorre uma abertura na plataforma religiosa Católica e Protestante, ao que tange o empoderamento da mulher como figura capaz e pensante e como sujeita de direitos humanos, em especial a mulher camponesa, as quais se aplicam as teorias trazidas por Axel Honneth e Nancy Fraser, que tratam sobre a teoria do reconhecimento e da redistribuição, respectivamente.

A APLICABILIDADE DA TEORIA DO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DE AXEL HONNETH E DA TEORIA DA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA DE NANCY FRASER AO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

Na teoria do reconhecimento, destaca-se Axel Honneth, figura de maior destaque dentre a terceira geração de Frankfurt, com seus estudos concentrados nas áreas de filosofia social, política e moral, tratando principalmente, da explicação teórica e crítico-normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade atual. O ponto central de Honneth, em sua obra intitulada *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, é demonstrar como as pessoas e os grupos sociais se encontram e são reconhecidos na sociedade atual. Isso decorre através de lutas por reconhecimento do meio subjetivo.³¹

Para o teórico acima citado há três formas de ocorrer o reconhecimento: pelo amor, pelo direito, e por meio da solidariedade. Na visão do mesmo autor, a luta para o reconhecimento ocorre com o início de uma experiência de desrespeito de alguma das três formas acima mencionadas de reconhecimento. Conforme Honneth “A autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a

³¹ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Título original: “Kampf um Anerkennung”. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

possibilidade de autoconfiança, na experiência de direito, o autorrespeito e, na experiência de solidariedade, a autoestima”.³²

Na teoria de Honneth existe a necessidade de reciprocidade para que haja o reconhecimento das mulheres camponesas. O reconhecimento para isso também é aplicado para o caso das identidades de cada indivíduo, ou seja, da identidade individual. Assim, para garantir a chamada integridade humana, o indivíduo necessita do reconhecimento pela outra pessoa ou pelo Estado. Este reconhecimento individual identitário também é importante para as mulheres camponesas que estão inseridas num movimento social de mulheres, pois é meio do qual elas auto-conhecem suas situações de fragilidades e desigualdades sociais podendo, diante disso, buscar o reconhecimento identitário e seu espaço na sociedade.³³ Em Honneth, com sua teoria do reconhecimento a partir de um conflito social, é possível verificar um elo com os movimentos de mulheres camponesas. A partir de um conflito não jurídico, que as mulheres camponesas passam a buscar o reconhecimento social, em especial frente ao Estado, quando buscam direitos humanos.³⁴

Porém, para a autora americana Nancy Fraser, filósofa afiliada a escola de pensamento da Teoria Crítica. O reconhecimento, no caso das mulheres, é o resultado da mudança de status, através da redistribuição de renda, denunciando a desigualdade material como a principal causa das desigualdades entre gênero conforme segue:

Las luchas por el reconocimiento tienen lugar en un mundo de desigualdades materiales exacerbadas: en cuanto a la renta y la propiedad, en el acceso al trabajo asalariado, la educación, la asistencia sanitaria y el tiempo de ocio, aunque también, de manera más evidente, en el consumo de calorías y la exposición a la toxicidad medioambiental y, como consecuencia, en las expectativas de vida y las tasas de enfermedad y mortalidad. La desigualdad material va en

³² HONNETH, 2003, p. 155- 211.

³³ HONNETH, 2003.

³⁴ A definição de Direitos Humanos trazida por João Martins Bertaso é a seguinte: “Os direitos humanos se colocam como referencial de um ideal político e social a ser alcançado, mantendo a dimensão normativa da cidadania, como um comportamento coletivo desejado. A dimensão de reconhecimento funcionando como elemento de sustentação subjetiva, como condição de possibilidades de se trabalhar as paixões – individuais e grupais – que consubstanciam as relações e práticas humanas. De um lado, uma atitude concreta de entendimento transindividual (intra, inter e transpessoal), de outro, a utopia que move as ideologias e os projetos emancipatórios. De um lado, um potencial pré-normatizante; de outro, a ação política, complementam-se para viabilizar uma sociedade local/global de convivência” (BERTASO, 20013, p. 38).

aumento en la mayoría de los países del mundo, en los Estados Unidos y en Haití, en Suecia y en la India, en Rusia y en Brasil.³⁵

A teoria da autora, centrada nas acepções de justiça, para a qual justiça se apresenta como conceito complexo devendo ser entendido sob três conceitos separadamente, mas interrelacionados: distribuição de recursos produtivos e de renda, reconhecimento de contribuições variadas de diferentes grupos sociais e representação na linguagem e em todo o domínio simbólico.³⁶

Ambas teorias acima expostas divergem entre si, mas em realidade se complementam. Fraser em sua teoria, quando traz a forma como é tido o reconhecimento, trabalha com a ideia de redistribuição de renda que modifica o status social e que permite uma participação paritária de mulheres nas decisões sociais e do Estado. Os remédios que a referida autora aponta para a transformação da injustiça social é uma forte e intensa mudança de estrutura na política econômica frente a uma redistribuição melhor de renda, de uma reorganização de relações na esfera do trabalho e de uma participação democrática mais ativa/participativa nas decisões dos investimentos pelo Estado. A autora propõe concorrentemente ainda, uma reavaliação das identidades estereotipadas e um respeito à diversidade cultural presente.³⁷ Portanto, na seara do campesinato feminino, primeiramente é mais propícia a teoria trazida por Fraser, por acreditar-se que a luta das mulheres agricultoras em seu meio de trabalho é uma questão que envolve redistribuição de recursos e de renda, para alcançar o reconhecimento social, não se excluindo a necessidade do reconhecimento através de um conflito social, trazida por Honneth.

Deste modo, os movimentos de mulheres do campo que buscaram e ainda buscam redistribuição de renda e reconhecimento identitário estão alinhadas às teorias apresentadas acima. Historicamente os movimentos envolvendo mulheres camponesas, suas lutas e conquistas são revelados no

³⁵ FRASER, Nancy. “¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista»”. In: Nancy Fraser, María Antonia Carbonero Gamundí, Joaquín Valdivielso [Coords.]. **Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización**. 2011, p. 217-254. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3831908>>. Acesso em: 14 Jul. 2017.

³⁶ FRASER, 2011, p. 217-254.

³⁷ FRASER, 2010, p. 182-187.

reconhecimento insculpido na Constituição Federal de 1988, em qual situa-se em seu princípio fundamental – “a dignidade da pessoa humana”, em seus objetivos “a construção de uma sociedade que seja justa e solidário” e principalmente garantiu direitos e garantias consideradas fundamentais que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.³⁸

Os direitos conquistados pelas mulheres agricultoras por meio da Constituição Federal de 1988 como o reconhecimento como trabalhadoras rurais, a garantia de direitos trabalhistas, previdenciários, ou seja, de redistribuição econômica, de acordo com Nancy Fraser, ao mesmo tempo em que se reconhece um novo status identitário – adquirem um reconhecimento jurídico do Estado conforme teoria trazida por Honneth. De seu reconhecimento constitucional como trabalhadoras e de suas constantes lutas, as mulheres agricultoras tem modificado seus estereótipos, inclusive frente a órgãos governamentais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconhece a importante contribuição das mulheres do campo, das florestas e das águas para a produção de alimentos, para a segurança e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural.³⁹ Para tanto, o MDA, através da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), articulada conjuntamente a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), tem concretizado e acrescido políticas públicas voltadas às mulheres do âmbito

[...] da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia, em suas diferentes condições etárias.⁴⁰

³⁸ BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17 Jul. 2017.

³⁹ BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 06 Fevl. 2018.

⁴⁰ MDA, p. 01, s.a.

São estas políticas públicas visam várias atuações voltadas para a emancipação das mulheres, seja ela no setor econômico ou no reconhecimento identitário, como:

[...] direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais.⁴¹

As políticas públicas acima mencionadas que foram afirmadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, aprovadas na Conferência Nacional, em qual se fizeram presentes 50% de delegadas mulheres.⁴² Através destas ações, busca-se o reconhecimento das mulheres camponesas nos espaços sociais e também da família, buscando contribuir para a construção da alteridade⁴³ entre mulheres e homens.

Ademais para a conquista da autonomia e a participação da mulher no desenvolvimento rural são necessários diversos fatores que promovem o reconhecimento e o empoderamento das mulheres camponesas, o que pode ser embasado nas teorias brevemente aqui apresentadas por Axel Honneth e Nancy Fraser. Em primeiro momento, faz-se necessário promover a cidadania e a participação com confecção de documentação pessoal, participação social e a socialização dos cuidados. Em segundo momento, com o acesso a terra, através da reforma agrária, crédito fundiário e as ações fundiárias. Num terceiro momento, apresenta-se a inclusão produtiva com acessos aos mercados, crédito produtivo, infraestrutura, organização produtiva, assistência técnica,⁴⁴ passos esses de uma rota de políticas públicas que levam a autonomia e participação da mulher camponesa, porém faz devir lembrar ser a participação do homem, que é essencial na construção de novas formas de relações humanas que acontecerão apenas com o exercício da alteridade,

⁴¹ MDA, p. 01, s.a.

⁴² MDA, p. 01, s.a.

⁴³ Conforme André Leonardo Copetti Santos e Douglas Cesar Lucas, a partir dos estudos realizados pelos mesmos em Heidegger, “[...] a alteridade é externa. O outro não faz parte do Ser, e a Diferença (alteridade) não está contida na ideia de identidade” (SANTOS; LUCAS, 2016, p. 31).

⁴⁴ MDA, p. 03, s.a.

fazendo verdadeiros os ensinamentos de Axel Honneth o qual afirma que para existir o reconhecimento, é preciso a reciprocidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade em torno da mística religiosa no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e suas implicações na constituição das identidades das mulheres e aos aspectos jurídicos envolve trabalhar a mística religiosa sem receios e sem dogmas na atualidade, para que a mulher desperte para uma mudança de seu status na sociedade como agente participadora e modificadora do seu habitus. Neste contexto, as teorias aqui trabalhadas, da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário, embora com aspectos divergentes entre si, contribuem para a compreensão da situação das mulheres do campo e remetem a muitos outros desafios. Mesmo assim, categorias de redistribuição econômica e de reconhecimento identitário abarcando as mulheres camponesas e suas lutas através de movimentos sociais tem sido muito salutar.

É preciso sim redistribuir renda, é preciso sim ressignificar as identidades baseadas na alteridade e reciprocidade dentro da família, do Estado e da Própria Igreja. Esses são elementos fundantes para a superação da cultura patriarcal e da construção de relações mais humanas em todos os âmbitos, sejam eles familiares ou na sociedade mais complexa, tendo como bases a solidariedade, a participação e o cuidado com o próximo e a próxima, muito refletido pela atual mística religiosa camponesa e a Teologia da Libertação Latino Americana. Como diz Carlos Drumond de Andrade, “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.9,

VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 6., 2019, São Leopoldo.

Anais do VI Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 6, 2019. | p.432-448

n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em:
<siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/6751/3848>. Acesso em: 17 Jul. de 2017. p. 1569-1597.

BERTASO, João Martins. “Aspectos da cidadania e direitos humanos”. In: BERTASO, João Martins; COPETTI, André Leonardo. **Cidadania e direitos culturais: a tutela judicial das minorias e hipossuficientes no Brasil**. Santo Ângelo: FuRI, 2013.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17 Jul. 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 06 Fev. 2018.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. “Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa”. In: PALUDO, Conceição [Org.]. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas”. In: GOHN, Maria da Glória [Org.]. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010a.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**.

Título original: “Kampf um Anerkennung”. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

FRASER, Nancy. **Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça**. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela.

FRASER, Nancy. “¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista»”. In: Nancy Fraser, María Antonia Carbonero Gamundí, Joaquín Valdivielso [Coords.]. **Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización**. 2011, p. 217-254. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3831908>>. Acesso em: 14 Jul. 2017.

LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL. **Jornada da via campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Título original: Ecofeminism Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História**. Disponível em:<<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

PULEO, Alicia H. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013.

SCHEFFER, Elci da Paz; BITTENCOURT, Irene da Rosa; DA ROSA, Lisiane Gonçalves et. al. “Mística: um sentimento e uma prática no cotidiano da mulher camponesa e urbana”. In: MMC Brasil Movimentos de Mulheres Camponesas; MMTU Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas. **Potencializando sonhos preservando a vida**. Três Cachoeiras, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6 ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

SOUZA, Sandra Duarte. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. **Revista Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião**. Núcleo de estudos teológicos da mulher na América Latina/ do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e do Instituto Ecumênico de Pós- Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, Ano VI. n.6, p. 57-64, dez. 2000

TABORADA, Noeli Welter; CINELLI, Catiane. “Mulheres construindo autonomia”. In: **8 de março dia de luta e resistência das mulheres trabalhadoras**. Movimento de Mulheres Camponesas MMC Brasil – Ano 2014.